

ESTRUTURA E AGÊNCIA NO DEBATE PARADIGMÁTICO: UMA ABORDAGEM ORGANIZACIONAL NA PERSPECTIVA DA SOCIOLOGIA DA REGULAÇÃO

Eduardo de Faria Nogueira, UEL, eduardo_f_nogueira@hotmail.com

Pedro Paulo De Souza Conte, UEL, pedropsconte@gmail.com

Nicole Cerci Mostagi, UEL, nicole_cerci@hotmail.com

Natália Nakay Guandalini, UEL, nah_nakay@hotmail.com

RESUMO

Considerando que a teorização dos processos organizacionais passa por diversas fases históricas e correntes, este artigo tem o intuito de explorar e dissertar sobre a evolução dos conceitos de organização para os movimentos funcionalista e interpretativista com base no diagrama analítico de Burrell e Morgan (1979). Para tanto, o artigo apresenta uma breve contextualização acerca dos paradigmas proposto pelos autores, detalhando mais enfaticamente o funcionalismo e interpretativismo, abordando a interação desses paradigmas no contexto da estrutura e agência, e demonstrando duas teorias de cada paradigma: a Teoria da Contingência Estrutural (funcionalista) e *Sensemaking* (interpretativista). Quanto ao método, trata-se de um ensaio teórico, por meio de pesquisa bibliométrica, e como conclusões, o trabalho aponta que, mais relevante que os progressos encontrados em cada um dos paradigmas analisados no trabalho, contudo, seria a integração entre as propostas de ambos. Assim como a linha que divide a agência e a estrutura não pode ser encontrada na prática, os limites que dividem os paradigmas da sociologia da regulação são arbitrariedades que não podem ser consideradas como obstáculos para o desenvolvimento do campo da teoria das organizações (TO).

Palavras chave: Paradigmas. Funcionalismo. Interpretativismo. Agência. Estrutura.

1 INTRODUÇÃO

O que é organização? Elas realmente existem? Seriam apenas uma abstração ou constructo social legitimado por indivíduos, em busca de alguma satisfação? Existem várias abordagens teóricas que circulam estes debates em torno do conceito de organização. Autores clássicos e contemporâneos de diversas áreas de conhecimento, sobretudo da sociologia, psicologia, antropologia e da administração, ao longo dos anos, vêm trazendo a tona essas discussões, buscando conceituar, definir e/ou legitimar suas formas e dinâmicas, bem como sua importância no contexto da análise social.

Os seres humanos precisam criar mecanismos simbólicos para entender o mundo à sua volta. E “a ciência, enquanto construção simbólica, faz uso de ferramentas epistemológicas imperfeitas, na tentativa de entender o mundo” (MORGAN, 2005, p. 19). No campo da Teoria das Organizações (TO), a construção simbólica do conceito de organização, em si, aparece para suprir a necessidade de nos expressarmos, compararmos ideias e criarmos conhecimentos acerca da nossa vida coletiva, ou seja, uma construção dinâmica.

O próprio conceito de “o que é organização?” tende a ser criado e recriado, de acordo com a visão de mundo do autor. Morgan (2005) indica que as metáforas mais comuns para a teoria das organizações são a metáfora da máquina – que enxerga as organizações como mecanismos racionais com fins pré-estabelecidos e tarefas especificamente concebidas – e a metáfora do organismo – decorrente da biologia, que vê as organizações concebidas por partes interligadas e dependentes. Posteriormente, com o desenvolvimento do campo, outras metáforas, como a da cibernética, dos jogos de linguagem, etc., foram aparecendo.

É fato que a TO precisa de ferramentas (como metáforas ou narrativas) para tentar navegar em suas tentativas de estudar as organizações do mundo atual. De modo geral, este trabalho entenderá por organização quaisquer formas de atividades coletivas. A “política, a família, bem como o trabalho - constituem de alguma forma uma organização. O que também significa (...) que estudar as organizações envolve pensar sobre filosofia, política, ética e muito mais” (GRAY, 2010, p. 28).

No entanto, como já mencionado, a forma como entendemos este agrupamento muda, de acordo com a teoria escolhida. A maior parte destas ferramentas utilizadas pela TO (teorias, metáforas e narrativas) tenta explicar de que forma o conceito de organização se relaciona com as dimensões de estrutura e agência. Enquanto, para Burrell e Morgan (1979), as escolas funcionalistas tendem a subdimensionar a ação dos sujeitos, desconsiderando a

autonomia deles em fazer suas próprias escolhas frente ao poderio das forças da estrutura em que estão inseridos, os mais subjetivistas acreditam que as escolhas dos sujeitos ajudam a moldar as estruturas em que estão imersos.

Conforme observa Reed (2007), a teoria das organizações tem passado por constante evolução e amplos debates, principalmente epistemológicos, que refletem a complexidade enfrentada pelas organizações, assim como a percepção dos pesquisadores. Isso tem desempenhado um papel estratégico no desenvolvimento da análise organizacional, na medida em que a ortodoxia funcionalista-positivista vem sendo preterida por várias correntes epistemológicas, tais como a interpretativista e crítica (REED, 2007). A partir disso, este trabalho tem o intuito de explorar e dissertar sobre a evolução dos conceitos de organização para os movimentos funcionalista e interpretativista, bem como abordar a interação desses paradigmas no contexto da estrutura e agência.

2. METODOLOGIA

Considerando que a teorização dos processos organizacionais passa por diversas fases históricas e correntes, o presente trabalho busca explorar e dissertar sobre a evolução dos conceitos de organização para os movimentos funcionalista e interpretativista com base no diagrama analítico de Burrell e Morgan (1979). Para tanto, o artigo apresenta uma breve contextualização acerca dos paradigmas proposto pelos autores, detalhando mais enfaticamente o funcionalismo e interpretativismo. Em seguida, aborda a interação desses paradigmas no contexto da estrutura e agência, e demonstra duas teorias respectivas a cada paradigma: a Teoria da Contingência Estrutural (funcionalista) e *Sensemaking* (interpretativista).

Quanto ao método, trata-se de um ensaio teórico, por meio de pesquisa bibliográfica, pois aborda como uma técnica de investigação em pesquisas exploratórias, que é desenvolvida por meio de materiais já elaborados, especialmente livros e artigos científicos, com o objetivo de conhecer as contribuições científicas que se realizaram sobre certo assunto (GIL, 2009), e neste caso, utiliza-se da análise do pensamento de vários autores sobre o tema, levando a discussões a respeito do diagrama analítico e os paradigmas de Burrell e Morgan (1979), da teorização organizacional e de teorias enquadradas nos paradigmas abordados.

3 PARADIGMAS ORGANIZACIONAIS – ESTRUTURA E AGÊNCIA

3.1 A abordagem paradigmática de Burrell e Morgan:

Abordagens paradigmáticas vêm se tornando cada vez mais presente nos dias de hoje, especialmente nos debates de epistemologia do campo das organizações. Para que se tenha coerência e qualidade na pesquisa organizacional, é fundamental que haja um conhecimento prévio minimamente do trabalho clássico desenvolvido por Burrell e Morgan no final da década de 1970. A discussão sobre os paradigmas em estudos organizacionais, que Gareth Morgan toma por empréstimo de seu trabalho de 1979 com Gibson Burrell, é fundamental ao pesquisador do campo (CALDAS, 2005). Segundo complementa Paes de Paula (2014, p. 3), referindo-se ao livro de Burrell e Morgan, “nenhuma abordagem sobre epistemologia nos estudos organizacionais pode se isentar de citá-lo, sob pena de cobranças por parte dos pesquisadores da área”.

De forma clara e didática, Burrell e Morgan (1979) elaboram um modelo analítico paradigmático polarizando e classificando várias escolas de pensamento em termos de teoria social e organizacional, classificando as em dois polos: baseando-se em pressupostos metateóricos de natureza da ciência social, e de natureza social. Assim sendo, os autores sugerem duas abordagens sociais antagônicas, sendo: a sociologia da regulação e a sociologia da mudança radical; que são transpassadas por parâmetros opostas entre as dimensões: objetiva e subjetiva, resultando em uma matriz analítica contendo quatro grandes categorias paradigmáticas. São elas: o funcionalismo, o interpretativismo, o estruturalismo radical e o humanismo radical (BURRELL; MORGAN, 1979). Segue abaixo diagrama proposto pelos autores:



Figura 1: Diagrama analítico paradigmático em teoria social – Burrell e Morgan (1979)

Fonte: Burrell e Morgan (1979, p. 22)

Para o entendimento mais detalhado acerca da elaboração do diagrama exposto acima, os autores buscaram perspectivas recorrendo a quatro pressupostos acerca da natureza das

ciências sociais e pressupostos acerca da natureza social. No que se refere aos de natureza de ciência social, estes são divididos em: ontológicos, epistemológicos, de natureza humana e metodológicos, cada um destes abordado perspectivas nas dimensões objetivas e subjetivas do diagrama, conforme demonstrado na tabela 1 abaixo:

Tabela 1 – Pressupostos de Natureza de Ciência Social

Dimensão: SUBJETIVA	PRESSUPOSTOS		Dimensão: OBJETIVA
NOMINALISTA	←	ONTOLÓGICO	→ REALISTA
ANTI-POSITIVISTA	←	EPISTEMOLÓGICO	→ POSITIVISTA
VOLUNTARISTA	←	NATUREZA HUMANA	→ DETERMINISTA
IDEGRÁFICO	←	METODOLÓGICO	→ NOMOTÉTICO
- Humanista Radical	PARADIGMAS correspondentes		- Estruturalista Radical
- Interpretativista	←	aos PRESSUPOSTOS	→ - Funcionalista
Tradições intelectuais influenciadas majoritariamente pelo idealismo Germânico	←	Influência intelectual majoritária para categorização do paradigma	→ Tradições intelectuais influenciadas majoritariamente pelo Positivismo Sociológico

Fonte: adaptado pelos autores, com base em Burrell e Morgan (1979)

Os pressupostos ontológicos trazem posições antagônicas entre realismo e nominalismo, conforme aponta Paes de Paula (2014), a visão realista acredita que o mundo social externo a cognição individual é um mundo real constituído de estruturas concretas, tangíveis e relativamente imutáveis. A visão nominalista, no entanto, acredita em um mundo social externo cuja cognição individual é constituída por nomes, conceitos e símbolos utilizados para estruturar a realidade; O debate epistemológico entre positivismo e anti-positivismo, ainda conforme sugere a autora, aponta que a posição positivista é utilizada para definir epistemologias que buscam explicar e prever o que ocorre no mundo social por meio de regularidades e relações de causa e efeito entre seus constituintes. Portanto, o positivismo está fundamentalmente baseado em perspectivas tradicionalmente utilizadas nas ciências naturais e biológicas. A visão antipositivista, de acordo com a autora, se coloca em oposição à utilidade de buscar leis ou identificar regularidades no mundo social. Para os anti-positivistas, o mundo social é essencialmente relativista e pode apenas ser compreendido a partir do ponto de vista dos indivíduos diretamente envolvidos nele.

O debate sobre a natureza humana, segundo afirma Paes de Paula (2014) trata de oposições entre determinismo e voluntarismo. Para autora, a posição determinista afirma que as situações ambientais nas quais o homem está imerso, são totalmente determinantes e norteiam completamente suas atividades e ações. Para a ação voluntarista, por outro lado, o homem possui total autonomia e autodeterminação com relação a suas ações.

No que se refere ao debate metodológico, à obra traz a discussão sobre teoria nomotética *versus* teoria ideográfica, segundo adverte Paes de Paula (2014), a perspectiva

nomotética baseia-se na pesquisa em uma abordagem sistemática e técnica, valorizando métodos utilizados nas ciências naturais, tal como os testes de hipóteses, respeitando total rigor científico. A abordagem ideográfica da ciência social, ainda conforme sugere a autora, baseia-se em perspectivas de que somente se torna possível obter conhecimento sobre o sujeito sob investigação, considerando seu contexto histórico. Além disso, a perspectiva ideográfica valoriza análises de questões subjetivas a respeito do investigado. Tratam-se de abordagens com maior profundidade.

Em síntese, tais pressupostos são elencados na obra de Burrell e Morgan, em torno de abordagens objetivista e subjetivistas, conforme exemplificado na tabela anterior. A abordagem objetivista é, em consequência, também realista, positivista, determinista e nomotética; Da mesma forma, a abordagem subjetivista é também classificada como nominalista, anti-positivista, voluntarista e ideográfica.

Além da categorização frente às dimensões objetivista e subjetivistas, Burrell e Morgan (1979) também avaliam aspectos acerca dos pressupostos de natureza social, enfatizando diretrizes entre ordem e conflito, conforme demonstrado na tabela 2:

Tabela 2 – Pressupostos de Natureza Social

PRESSUPOSTOS de Natureza Social	
Dimensão: Ordem - Regulação	Dimensão: Conflito – Mudança Radical
<i>Status quo</i>	Mudança Radical
Ordem Social	Conflito Estrutural
Consenso	Modos de Dominação
Integração e Coesão Social	Contradições
Solidariedade	Emancipação
Satisfação das Necessidades	Privação
Realidade presente	Potencialidade

Fonte: adaptado pelos autores, com base em Burrell e Morgan (1979)

Burrell e Morgan (1979) utilizam-se conceitos de Talcott Parsons e Ralf Dahrendorf, para propor tais teorias sociais e que no decorrer do trabalho, são mais bem detalhadas e se transformam em sociologia da regulação e sociologia da mudança radical, dessa forma finalizando o diagrama analítico de categorização teórica (PAES DE PAULA, 2014). Em suma, conforme afirma Paes de Paula (2014, p. 5) “os autores acreditam que a distância que separa a sociologia da regulação da sociologia da mudança radical é similar a que separa a sociologia de Émile Durkheim da sociologia de Karl Marx”. Ao final dessas elaborações referente aos pressupostos, Burrell e Morgan (1979) constituem as características de cada um dos paradigmas integrantes do diagrama, exposto na figura 1.

Com base nesse contexto, para fins deste trabalho, abordaremos mais detalhadamente apenas dois destes paradigmas: o funcionalista e interpretativista. Estes campos tratam de

epistemologias opostas no que se refere às dimensões objetivo-subjetivo, embora ambos permaneçam na sociologia da regulação (BURREL; MORGAN, 1979). Nosso intuito é justamente trazer para discussão parte do paradigma interpretativista como epistemologia complementar ao paradigma funcionalista, debatendo as dimensões de estrutura e agência.

3.2 Estrutura e Agência e no debate paradigmático

Antes de entrar no debate estrutura- agência e na evolução do conceito de organização na TO, cabe delimitar melhor a definição de cada um destes termos. Começemos pela definição de estrutura. Embora este seja um conceito presente em diversas discussões das ciências sociais, “trata-se de um termo sem uma definição clara” (SEWELL, 1992, p.2).

Como veremos mais adiante, o problema do conceito de estrutura, para os funcionalistas, é que ele não explica como a mudança seria possível em um cenário onde as forças estruturais são muito intensas. Na tentativa de resolver este impasse, Sewell revisita o conceito de estrutura dual proposto por Giddens, que afirma que “as estruturas moldam as práticas das pessoas, mas também as práticas das pessoas constituem (e reproduzem) as estruturas” (SEWELL, 1992, p. 4). Esta definição, porém, está encerrada em si mesma. Se os atores geram as estruturas, que por sua vez, moldam as práticas dos atores, como explicar o surgimento de novas estruturas (esquemas, como prefere Sewell) ou de mudanças nas estruturas atuais? Uma “teoria de mudança não pode ser construída dentro de uma teoria de estrutura sem que se adote uma concepção de sociedade mais múltipla, contingente e fraturada” (SEWELL, 1992, p. 16). Decorre desta afirmação a criação de uma teoria que estabelece que as estruturas são múltiplas e podem ser interpostas, esquemas podem ser transpostos para novas situações e recursos (um dos componentes das estruturas) podem ser acumulados sem que se saiba qual o seu verdadeiro valor final.

Além disso, neste cenário, os recursos são construções simbólicas, que podem ter variados significados de acordo com o contexto em que são empregados. Cada uma dessas características indicadas por Sewell tem potencial para explicar diversas formas de mudanças, conflitos e alterações na relação entre estruturas e agência. De forma similar, Emirbayer e Mische argumentam que “a dimensão agente da ação social só pode ser capturada em sua complexidade completa (...) ser for situada analiticamente dentro de um fluxo de tempo” (EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A., 1998, p. 963). Para estes autores, a agência é,

[...] the temporally constructed engagement by actors of different structural environments—the temporal-relational contexts of action—which, through the interplay of habit, imagination, and judgment, both reproduces and transforms those structures in interactive response to the problems posed by changing historical situations (1998, p. 970).

Agimos com base em experiências passadas, ainda que estas experiências tenham acontecido em momentos e contextos diferentes. Este elemento chamado de iteração pelos teóricos, contempla tudo o que aprendemos com situações prévias (e de alguma forma relacionadas) a um fato que esteja acontecendo no presente. A partir desta dimensão, projetamos possíveis cenários futuros com base em uma ação tomada no presente. As esperanças, medos e expectativas do agente são levadas em consideração, no elemento projetivo da agência. Finalmente, no presente, atuamos com os elementos avaliativos-práticos da agência, para orientar nossas decisões com base no que vivemos no passado e também projetamos para o futuro.

Percebe-se que é possível fazer um paralelo entre estas duas propostas, especialmente entre a multiplicidade de estruturas e a transposição de esquemas, propostas por Sewell e as três dimensões temporais indicadas por Emirbayer e Mische. Pois, ambas trazem uma interessante abertura para explicar como orientamos nossas ações mesmo em cenários totalmente desconhecidos, usando como base esquemas sedimentados em situações diferentes.

A possibilidade de agir de forma diferente em contextos diferentes é essencial para explicar a mudança dentro de uma teoria da estrutura. Estes dois trabalhos partem da dualidade proposta por Giddens (1984), mas não param por aí: eles explicam como uma estrutura dá origem à diferentes formas de estrutura e, conseqüentemente, novas formas de organização, sem subdimensionar a agência dos sujeitos.

Com base nas dimensões de estrutura e agência expostas, e em função das características e origens históricas acerca dos paradigmas: funcionalista e interpretativista, percebe-se que, ao longo tempo, muitas discussões contemplam essas abordagens. Dentre os principais debates, destacam-se as disputas entre os pressupostos deterministas e voluntaristas em um eixo, e entre um nível macro (ênfase nas estruturas) e nível micro (foco na agência) no outro. Isto evidencia a importância da discussão entre estrutura e agência dentro da análise organizacional.

A principal crítica feita pelos interpretativistas ao funcionalismo, com base no texto de Burrell e Morgan (1979), refere-se ao seu objetivismo exacerbado. Esta postura chega a caracterizar-se como um ponto limitador, enfatizando, sobretudo, as “superestruturas” como altamente deterministas e, de certa forma negligenciando a capacidade de agência do ser

humano ou ator social. Os objetivista privilegiam a “estrutura” e ressaltam a importância dos padrões e das relações externas que determinam e circunscrevem a interação social dentro de formas institucionais específicas. Na linha interpretativista, os teóricos procuram trazer à tona a questão da agência como possibilidade de alterações nas estruturas, enfatizam e concentram-se na busca de um entendimento da ordem social e organizacional que saliente as práticas sociais por meio das quais os seres humanos criam e reproduzem instituições.

Em outras palavras, perspectivas funcionalistas são baseadas fortemente na análise das estruturas e suas relações com o ambiente, pouco considerando a capacidade de agência. Já a linha interpretativista tem trazido uma proposta diferente, evidenciando e valorizando a agência humana como uma forte fonte de interferência dinâmica e processual na modificação das estruturas.

Retomando as questões colocadas na introdução deste trabalho, podemos dizer que as críticas dos interpretativista aos funcionalistas estão baseadas fundamentalmente em questões filosóficas do tipo: o que é existente, coisas reais ou algo transcendental? O que é organização? Elas realmente existem? Seria apenas uma abstração ou constructo social legitimado por indivíduos, em busca de alguma satisfação? Neste caso, ao contrário do funcionalismo, o interpretativismo procura entender e explicar o mundo com base nas pessoas envolvidas no processo social, percebendo a realidade como uma extensão da consciência e da experiência subjetiva (VERGARA; CALDAS, 2007).

Para narrativas funcionalistas, a organização é tratada como um objeto ou entidade existindo como tal, e que pode ser explicada em termos de princípios gerais ou de leis que governam seu funcionamento. Em oposição, as narrativas interpretativistas promovem uma concepção da organização como sendo um artefato socialmente construído e dependente, que somente pode ser entendido em termos de convenções metodológicas altamente restritas e localizadas, sempre abertas a revisões e mudanças.

Tais concepções epistemológicas legitimam procedimentos e protocolos diferentes para análise organizacional e visões alternativas sobre interações de estrutura e agência. A perspectiva funcionalista tende a restringir o limite do conhecimento, pois fatos podem ser submetidos a um “método de prova” rigoroso, bem como generalizações semelhantes a leis universais que ela sanciona. O interpretativismo adota um posicionamento mais liberal, ou relativista, recaindo por normas e práticas comunais restritas a comunidades de pesquisa. Conforme sugerido por Reed (2007):

Percebe-se, por um lado, um abismo teórico entre um conceito de organização que se refere a determinadas estruturas como condicionantes de comportamentos individuais e coletivos, e por outro lado, um conceito que induz a uma teoria de redes de interação preconcebidas, por meio das quais geram-se e reproduzem-se estruturas temporárias, cujo mecanismos ordenadores estão em permanente mudança (REED, 2007, p. 83).

De acordo com o autor, muitos esforços têm sido feitos a fim de reconciliar a dualidade teórica entre estrutura e agência, debates que enfatizam simultaneamente a natureza constituída e constituinte entre esses aspectos na reprodução organizacional. Nesse contexto, podemos destacar autores como Emirbayer e Mische (1998), Sewell (1992), Giddens (1984), entre outros.

3.3 Estrutura e agência no paradigma funcionalista

As metáforas/narrativas utilizadas no paradigma funcionalista tentam explicar “o que mantém a sociedade como uma entidade integral” (BURREL; MORGAN, 1979, p. 17). Ou seja, a sociologia da regulação busca estudar porque a sociedade se mantém coesa, ao invés de tender ao fracionamento.

Para Burrel e Morgan (1979), o paradigma funcionalista, enfatiza um ponto de vista objetivista e está amplamente vinculado na sociologia da regulação. A partir de uma ótica do observador neutro da ação, o pesquisador positivista possui uma perspectiva, preocupando-se em dar explicações racionais sobre a ordem social, *status quo*, a integração social, ao consenso, a solidariedade e a satisfação das necessidades. Os funcionalistas creem numa realidade concreta, real, objetiva e fazem uso de uma abordagem realista, positivista, determinista e nomotética em busca soluções para problemas práticos. Embora novas perspectivas atualmente venham ganhando força, tais como abordagens críticas e pós-moderna (ALVESSON; DEETZ, 2007), ainda sim, o funcionalismo tem provido um quadro dominante na condução da sociologia acadêmica e no estudo das organizações, em particular.

Por se tratar de uma longa história e sem um ponto de partida bem definido, o retrospecto da sociologia funcionalista nesse texto começa a partir de Auguste Comte. Para Comte, no mundo em que a racionalidade científica estava predominando, a observação e o raciocínio, combinados, seriam são os meios de conhecimento subjacentes à base de uma ordem social bem regulamentada. Para Comte os fundamentos de uma teorização sociológica característica do paradigma funcionalista, baseia-se no modelo positivo das ciências naturais, utilizando de analogias mecânicas e orgânicas, diferenciando estrutura e processo e

intercedendo para um holismo metodológico. Elaborando regras para uma sociologia voltada para explicar a ordem social e regulamento.

Além de Comte, no início do século XIX, o paradigma funcionalista recebeu suas maiores influências por intermédio dos trabalhos de Herbert Spencer, Emile Durkheim e Valfrido Pareto. Estes autores buscaram, nos métodos das ciências naturais, os instrumentos para analisar as relações sociais. Os funcionalistas estão orientados à “criação de sistemas integrados e verificação da verdade com ajuda dos métodos” (SULKOWSKI, 2010, p. 111).

Conforme apontam Burrell e Morgan (1979), desde as primeiras décadas do século XX, o funcionalismo tem sido influenciado por elementos do idealismo germânico por meio dos trabalhos de Max Weber, George Simmel e George Herbert Mead e partir dos anos 1940 tem havido também uma infusão de certas influências Marxistas. Em suma, o paradigma funcionalista é composto por três tradições teóricas: influências do marxismo, do idealismo germânico, e do positivismo sociológico (sendo esta última, sua mais forte influência) (BURRELL; MORGAN, 1979).

O paradigma funcionalista, contudo, contém uma vasta gama de teorização e caracteriza-se por uma uniformidade de perspectiva em termos de base ontológicos e epistemológicos. Conforme já colocado, o funcionalismo dominou a produção de teorias organizações nas últimas décadas, embora a maioria de suas abordagens ignore a dimensão da agência humana na constituição das estruturas. Como os teóricos desta linha usam a ciência para colocar ordem no mundo social, suas explicações tendem privilegiar o macroambiente – e a buscar um entendimento completo da(s) estrutura(s) que nos move(m) diariamente.

Os engenheiros Taylor e Fayol, dois dos mais antigos funcionalistas, tiveram na metáfora da máquina a imagem necessária para explicar o funcionamento das organizações. Precusores da teoria clássica, suas propostas estão entre as mais objetivistas teorias já criadas pela TO e, em consequência, entre as que menor importância dão à agência humana. Para ambos, o indivíduo é visto como um ente totalmente passivo (BURRELL; MORGAN, 1979). Os estudos de Hawthorne, na década de 1930, levados à cabo por Mayo se afastam um pouco deste determinismo e se orientam em direção à metáfora do equilíbrio, adaptada das ciências econômicas por Pareto. O conceito de equilíbrio revoluciona o debate estrutura-agência entre os funcionalistas, pois possibilita uma explicação inicial para as mudanças e os comportamentos irracionais. Tais autores, enxergavam a organização como um sistema de partes inter-relacionadas, com espaço para comportamentos aparentemente irracionais, mas ainda compostas por indivíduos passivos. (BURRELL; MORGAN, 1979).

Com o tempo, os estudos do paradigma funcionalista foram se tornando cada vez mais complexos, assim como os modelos e metáforas utilizados para representar as organizações. Estas passaram a serem vistas como sistemas abertos, que influenciam e são influenciadas pelo ambiente externo, como podemos ver na Teoria da Contingência Estrutural.

3.3.1 Teoria da Contingência Estrutural

A Teoria da Contingência Estrutural tem um importante papel na produção de conhecimento para o campo da TO e para o afastamento do objetivismo decorrente das ciências naturais. Como afirma Bertero,

Se a Teoria da Contingência Estrutural for vista como uma desistência de construir uma *one best way* em nível da prática administrativa, e também como a afirmação da impossibilidade de construir uma explicação única para a estrutura organizacional, ela pode ser vista como um sinal de maturidade (BERTERO, 2007, p. 133).

A teoria dos sistemas sociais e objetivismo, são perspectivas que caracteriza a região mais objetivista do paradigma funcionalista, são abordagens dominantes em termos de teorias de organização contemporâneas. Tais abordagens, de modo geral, correspondem ao que Silverman descreveu como "a ortodoxia de sistemas" (SILVERMAN, 1970 apud BURREL; MORGAN, 1979, p. 87). A Teoria da Contingência Estrutural pode ser entendida como uma alternativa a esta ortodoxia funcionalista, pois ela,

[...] estabelece que não há uma estrutura organizacional única que seja altamente efetiva para todas as organizações. A otimização da estrutura variará de acordo com determinados fatores, tais como a estratégia da organização ou seu tamanho. Assim, a organização ótima é contingente a esses fatores, que são denominados fatores contingenciais. Há diversos fatores contingenciais: estratégia, tamanho, incerteza com relação às tarefas e tecnologia. Essas características organizacionais, por sua vez, refletem a influência do ambiente em que a organização está inserida. Assim, para ser efetiva, a organização precisa adequar sua estrutura a seus fatores contingenciais, e assim ao ambiente. Portanto, a organização é vista como adaptando-se a seu ambiente. (DONALDSON, 2007, p. 105)

Nos anos 1950 e 1960, as teorias contingenciais desenvolveram-se sobre tópicos como decisões em pequenos grupos e liderança. No final dos anos 1950, estudiosos começaram a aplicar a idéia de contingência a estruturas organizacionais. Coube a Burns e Stalker, em 1961, o pontapé inicial às teorias contingenciais da estrutura organizacional, quando

distinguiram entre a estrutura mecanicista e a estrutura orgânica das organizações, associando-as à existência (ou não) de um alto grau de mudanças tecnológicas ou de mercado.

As origens e os trabalhos pioneiros estão bem representados no texto de Lex Donaldson (1976), nos estudos de Burns e Stalker (1961) e de Joan Woodward (1965), destacam-se também trabalhos importantes como o do Grupo de Aston (1968 - Reino Unido) e Peter Blau (1970). Os autores referidos elaboraram seus trabalhos em um “período de grande expansão das organizações, sobretudo de tipo burocrático funcional, que fizeram amplo uso da tipificação ideal weberiana, além de adaptarem os conceitos durkheimianos de diferenciação e integração” (BERTERO, 2007, p. 133).

Conforme assinala Bertero (2007, p. 132) “a Teoria da Contingência Estrutural não é apenas um conjunto respeitável de conhecimentos acumulados na área organizacional, mas possivelmente a maneira mais adequada de se construir uma ‘ciência’ organizacional”. O foco principal da Teoria da Contingência Estrutural, contudo, permanece no modo como a estrutura organizacional é modulada de maneira a satisfazer as necessidades do ambiente e nas grandes variáveis contingencializadoras, isto é, uma ideia central de que há uma adequação entre a estrutura e a contingência organizacional que afeta o desempenho da organização.

No entanto, desde meados dos anos 1970, de acordo com Donaldson (2007, pág. 123), “em função do crescente pluralismo em estudos organizacionais, novos paradigmas surgiram na sociologia e na economia, oferecendo explicações sobre a estrutura organizacional e se juntando à Teoria da Contingência Estrutural”. Dentre as teorias, conforme observa o autor, podemos incluir a Teoria da Dependência de Recursos (Pfeffer e Salancik, 1978), a Teoria Institucional (Meyer e Rowan, 1977; Powell e DiMaggio, 1991), a Teoria da Ecologia Populacional (Harman e Freeman, 1989), a Teoria do Agenciamento (Jensen e Meckling, 1976) e as Teorias dos Custos Econômicos de Transação (Williamson 1985). Para Donaldson (2007, pág. 123) “essas teorias mais novas oferecem contribuições que suplementam a Teoria da Contingência Estrutural, que continua sendo a principal teoria explicativa da estrutura organizacional”.

As principais críticas ao funcionalismo decorrem do fato de este campo tratar a organização como algo estático e ignorar a autonomia dos sujeitos inseridos nestas organizações. A relação com o ambiente também é vista de forma simplificada, como podemos verificar nas teorias dos sistemas fechados, por exemplo. No entanto, “em uma organização real, os conflitos, processos de desintegração e a atividade em condições de desequilíbrio são mais frequentes que a harmonia homeostática” (SULKOWSKI, 2010, p.

111). E talvez esse seja o principal trunfo da Teoria da Contingência Estrutural: condicionar a proposta de organização ideal ao ambiente em que esta organização está inserida. Sob esta perspectiva, a burocracia de Weber poderia ser considerada o modelo ideal para uma organização (bastante provável se esta organização estiver inserida em um ambiente estável). Da mesma forma, tempos de crise, ambientes dinâmicos ou mesmo cenários de instabilidade poderiam demandar da organização um modelo mais orgânico.

A chave para escolher o modelo de organização está no grau de incerteza das tarefas a serem realizadas, segundo a teoria contingencialista. Tarefas de baixa incerteza são passíveis de formalização e especialização, enquanto tarefas com maior grau de incerteza dependeriam de maior adaptação. “Quanto mais incerta a tarefa, mais informações têm que ser processadas e isto, por sua vez, molda as estruturas de comunicação e de controle” (GALBRAITH, 1973 apud DONALDSON, 2007, p. 106).

3.4 Estrutura e agência no paradigma interpretativista

O paradigma interpretativista, assim como o funcionalista, de acordo Burrel e Morgan (1979) encontra-se atrelado a sociologia da regulação, porém sob uma abordagem subjetivista. Os interpretativistas, conforme apontam os autores, procuram compreender o mundo “como ele é”, entender a natureza fundamental do mundo social em termos de experiência subjetiva, buscam explicações dentro do reino da consciência individual e da subjetividade, sob a ótica do participante ou agente, em oposição ao do observador da ação (em oposição à perspectiva funcionalista), recorrendo a pressupostos: nominalista, antipositivista, voluntarista e ideográfica. Os interpretativista veem o mundo como um processo emergente e dinâmico, sobretudo criado pelos indivíduos (BURREL; MORGAN, 1979).

Entre os teóricos que mais contribuíram para a origem dos fundamentos intelectuais do paradigma interpretativo, conforme sugerido por Burrell e Morgan (1979), sobressaem Wilhelm Dilthey, Max Weber e Edmund Husserl como principais influentes dessa visão de mundo. Em termos de teoria das organizações, destacam-se as escolas de pensamento, tais como: a etnometodologia e o interacionismo simbólico fenomenológico. Ainda que tenham honrosas tentativas de se estudar conceitos organizacionais com base nessa visão de mundo, o paradigma não gerou muitas teorias organizacionais (BURREL; MORGAN, 1979).

As premissas do paradigma interpretativista questionam se as organizações existem senão no sentido conceitual e, como tal, desafia a validade dos pressupostos ontológicos subjacentes às abordagens funcionalistas da sociologia em geral e ao estudo das organizações

em particular. A maior parte das teorias que integram o paradigma interpretativista se encaixam no que Reed (2007) chamou de “Narrativa do Conhecimento”. Esta metáfora trata “todas as formas da ação social institucionalizada e estruturada como um mosaico temporário de interações (...) que formam redes mutáveis e relativamente instáveis de poder” (REED, 2007, p. 76). O interpretativismo difere do funcionalismo quando enfatiza o microambiente e elege as interações sociais e a criação de sentido como lentes através das quais enxergamos o mundo. Se no debate estrutura-agência, os funcionalistas tendem a valorizar o potencial influenciador das estruturas, no interpretativismo a agência é vista não só como possível, mas também como essencial para a construção da realidade.

A realidade, para os interpretativistas, emerge de uma série de processos que são compostos por experiências subjetivas. A teoria do Jogo de Linguagem proposta por Wittgenstein, por exemplo, “nega que as organizações tenham *status* ontológico concreto e apresenta a atividade organizacional como sendo apenas pouco mais que um jogo de palavras, pensamentos e ações” (MORGAN, 2005, p. 24). Neste contexto organizacional, o interpretativismo entende que é necessário que as organizações e indivíduos construam ativamente significados acerca do ambiente, como forma de sobrevivência, inclusive. As organizações são vistas como vastas, fragmentadas e multidimensionais (DAFT; WEICK, 1984, p. 286). Schutz foi um dos primeiros a “distinguir nitidamente (...) as habilidades cognitivas, práticas e expressivas que capacitam os atores a intervir no mundo social e a imprimir suas marcas históricas neste” (PETERS, 2011, p. 93).

As críticas aos interpretativistas estão direcionadas, principalmente, ao seu relativismo aguçado. Os solipsistas (a mais subjetiva das correntes que compõe a sociologia da regulação), por exemplo, chegam a afirmar que não há uma existência, exceto através dos sentidos interpretados nos corpos e mentes dos homens. A agência é tão forte nesta teoria que nenhuma previsão ou generalização poderia ser feita para o mundo organizacional.

Ainda assim, parece que, atualmente, o subjetivismo dos interpretativistas tem mais a contribuir para a TO que o objetivismo ortodoxo dos funcionalistas. Como os autores desta corrente constroem suas teorias a partir do ponto de vista dos atores individuais (em contraste com o observador afastado e neutro dos funcionalistas), a possibilidade de entender a complexidade das organizações fica muito mais próxima e plausível. “As organizações devem fazer interpretações. Os gestores devem, literalmente, percorrer um oceano de eventos que cerca as organizações e tentar fazer com que estes eventos tenham sentido” (DAFT; WEICK, 1984, p. 286). Nesse contexto, apresentamos abaixo a teoria do *Sensemaking*, como proposição de um método interpretativista empregado em abordagens organizacionais.

3.4.1 Sensemaking

As organizações podem ser vistas como sistemas criados de forma autoritária, através da influência da estrutura, ou como redes de interações e significados. É justamente esta produção de sentidos o tema de interesse da teoria do *sensemaking*.

Para o *sensemaking* a mudança organizacional é compreendida como uma alteração no fluxo organizacional e com isso exige que os sujeitos envolvidos neste processo resignifiquem suas tarefas a fim de reestabelecer a rotina organizacional (WEICK; SUITCLIFFE; OBSTFELD, 2005). O *sensemaking*, explica que é por meio da interação social (processo de construção social) que os sujeitos buscam atribuir sentido, interpretar e explicar às novas informações visando reduzir o grau de ambiguidade, possibilitando assim a análise de elementos do cotidiano organizacional. O *sensemaking* refere-se, portanto, no processo de geração de sentido ou significado de algo ainda desconhecido, delineando, construindo e estruturando o ainda desconhecido de tal modo que passem a serem eventos coerentes e estáveis (DAFT; WEICK, 1984).

O que, como e porque os sentidos são construídos são aspectos centrais de pesquisadores interessados em tal perspectiva. Trata-se de uma abordagem que busca avaliar como os agentes percebem, compreendem, sentem suas interações e como usam a informação e outros recursos neste processo (WEICK, 1995). O *sensemaking* é uma tarefa que o agente realiza de observação, interpretação e compreensão do mundo exterior, estabelecendo algum tipo de sentidos lógico proveniente da utilização de esquemas interiores. É o comportamento interno e/ou externo através dos sentidos, que permite ao agente, enquanto um ator reflexivo, construir e projetar seu movimento através do tempo e do espaço (WEICK, 1995), ou seja, como processo interpretativo fundamental na interação entre estrutura e agência.

O *sensemaking* pressupõe que a realidade não é completa nem constante, ao contrário, é permeada por descontinuidades que geram lacunas e, por conseguinte, ambiguidades. Neste sentido, as informações não têm existência independente e externamente ao ator organizacional, mas, sim, é um produto de seus processos racionais e emocionais (WEICK; SUITCLIFFE; OBSTFELD, 2005). O *sensemaking*, portanto, tem como foco a maneira pela qual o indivíduo utiliza tanto as suas observações e experiências, como as de outras pessoas para construir quadros da realidade e os utiliza para direcionar seu comportamento e atividades em relação aos processos nos quais estão inseridos. Em suma, pressupõe-se a individualidade, situacionalidade, a utilidade das informações e conhecimentos já gerados (experiências vividas) e os padrões pré-estabelecidos (institucionalizados) (WEICK, 1995).

Neste sentido, o *sensemaking* entende que os atores organizacionais elaboram como experiência a partir dos sinais do presente e dos ambientes sempre porosos em que estão mergulhados, ou seja, é "criar facticidade, tornar algo sensível" (WEICK, 1995, p 14).

Dessa forma, o *sensemaking* surge, na linha interpretativista, como uma nova possibilidade para estudos organizacionais, analisando os fenômenos processuais entre as estruturas, agência e ambiente externo, abordando novos modelos de tomada de decisão com base na interpretação. Demonstra que as mudanças organizacionais não necessariamente são planejadas, enfatizando a importância nos processos de comunicação e interação proporcionando aos indivíduos a criação de sentidos com base nas interpretações ambientais. Desse modo, destaca-se o *sensemaking* como uma possível base analítica para se compreender diferentes fenômenos organizacionais.

Se a organização não pode ser entendida objetivamente, mas sim como algo que deve ser construído, mantido e modificado por grupos ou indivíduos (SULKOWSKI, 2010), "trabalhar com a ideia de *sensemaking* significa entender que a pequenez não é a mesma coisa que insignificância. As pequenas estruturas e os momentos curtos podem ter grandes consequências" (WEICK; SUITCLIFFE; OBSTFELD, 2005, p. 410).

Weick (1995) considerou que existem sete propriedades do *sensemaking* nas organizações, em uma tentativa de impor limites ao próprio fenômeno. A saber: a construção de identidade, a retrospectiva, o estabelecimento sobre ambientes sensitivos, o social, a continuidade, o foco em e para as Dicas Extraídas e à orientação à plausibilidade. Percebe-se, nesta divisão proposta por Weick, mais uma indicação de que o conceito de agência é fundamental para os interpretativistas. "O *sensemaking* tem a ver com a ação" (WEICK; SUITCLIFFE; OBSTFELD, 2005, p. 412). E a despeito das críticas ao relativismo do paradigma, alguns trabalhos como o de Maitlis (2005) demonstram interessante aplicação prática. Em seu estudo com orquestras britânicas, a autora demonstrou a existência das dimensões da animação e do controle no processo de *sensemaking*, oferecendo "uma linguagem através da qual uma variedade de processos cotidianos de *sensemaking* pode ser descrita, comparada e contrastada" (MAITLIS, 2005, p.44).

Infere-se que, o conceito de organização, para a teoria do *sensemaking* implica em uma construção de significado que é, acima de tudo, prática. A organização só existe a partir do momento em que produzimos sentido acerca do que estamos vivenciando e escolhemos o que fazer em seguida.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O embate entre funcionalistas e interpretativistas implica em uma escolha de incompletude a ser feita. Entre os funcionalistas, pode-se dizer que “a certeza que a confiança com a qual proclamam suas verdades só pode ser conquistada à custa de uma indefensável ingenuidade filosófica” (GRAY, 2010, p. 35). Já o relativismo dos subjetivistas impossibilita a existência de quaisquer afirmações acerca de uma realidade – afinal, se não há uma realidade a ser encontrada, como afirmar algo acerca das muitas realidades existentes?

Ainda que estas duas dimensões apresentem incompatibilidades ontológicas e epistemológicas, destacamos a visão de Sulkowski (2010, p. 115) quando ele afirma que a administração e a TO são áreas de conhecimento multidisciplinares. Por isso, acreditamos que a escolha de apenas um paradigma não seria razoável para a TO, pois o campo necessita de orientações diferentes (opostas, se possível), para sua evolução. É provável que nunca cheguemos a uma construção simbólica única para as metáforas/narrativas da organização. O objetivismo dos funcionalistas foi bem desenvolvido nas últimas décadas, enquanto a “verdade” dos positivistas se apresentava como um caminho único a ser buscado pelas ciências sociais através dos métodos das ciências naturais.

Se o conceito do que entendemos por organização tende a ser criado de acordo com as correntes dominantes, talvez este seja o momento de impulsionar abordagens que se encontram fora do paradigma funcionalista. Cremos que os interpretativistas apresentam uma complementação importante para um campo que se encontra em crise. A crise que atravessa a TO (GRAY, 2010; TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C., 2011 e REED, 2007) decorre não da fragmentação do campo, mas sim da parca criação de conhecimentos que pudessem ser aplicados ao dia-a-dia das organizações, e com base nisso o interpretativismo tem bastante a contribuir. Mais relevante que os progressos encontrados em cada um dos paradigmas analisados neste trabalho, contudo, seria a integração entre as propostas de ambos. Assim como a linha que divide a agência e a estrutura não pode ser encontrada na prática, os limites que dividem os paradigmas da sociologia da regulação são arbitrariedades que não podem ser consideradas como obstáculos para o desenvolvimento do campo.

Contudo, pode se perceber que o mundo atual requer uma visualização sobre as organizações como sendo algo complexo, processual, buscando relacionar uma perspectiva entre estrutura e agência de maneira complementar, simultânea, dinâmica e interpretativa. Ao longo dos anos, as organizações se estruturaram de maneiras diferentes, adequando-se a cada momento histórico que vivenciaram, de acordo com visões de mundo, muitas vezes

contraditórias. Procuramos neste trabalho explorar e dissertar sobre a evolução dos conceitos de organização para os movimentos funcionalista e interpretativista, destacando duas de suas principais teorias e divergências, bem como a interação entre estrutura e agência e suas particularidades nas duas correntes. Esperamos com isso, ter contribuído, mesmo que de forma breve e discreta, para uma reflexão crítica acerca da evolução das organizações dentro de uma perspectiva “bipolar” entre os pressupostos funcionalistas e interpretativista, bem como, estimular novas fontes de pesquisas a fim de disseminar o conhecimento e contribuir para o avanço do campo da teoria das organizações.

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 226-264.

BERTERO, C. O. Nota técnica: teoria da contingência estrutural. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 132-134.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: Heinemann Educational Books, 1979.

CALDAS, M. P.: Paradigmas em estudos organizacionais: Uma introdução à série. **RAE-Clássicos**. 2005

DAFT, R.; WEICK, K. E. Toward a model of organizations as interpretation systems. **The Academy of Management Review**, v. 9, n. 2, p. 284-295, 1984

DONALDSON, L. Teoria da contingência estrutural. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 104-131.

EMIRBAYER, M.; MISCHE, A. What is agency? **American Journal of Sociology**, v. 103, p. 962-1023, 1998.

GRAY, C. Introdução: a importância dos estudos organizacionais. In.: _____. **Um livro bom, pequeno e acessível sobre estudos organizacionais**. 2. ed. Porto Alegre, 2010, p. 27-52.

GIDDENS, Anthony. **The constitution of society: Outline of the theory of structuration**. Univ of California Press, 1984.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2009.

MAITLIS, S. The social process of organizational sensemaking. **Academy of Management Journal**, v. 48, n. 1, p. 21-449, 2005.

MORGAN, G. Paradigmas, metáforas e resolução de quebra-cabeças na teoria das organizações. **RAE-Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 1, p. 58-71, 2005.

PAES DE PAULA, A. P. Para Além dos Paradigmas nos Estudos Organizacionais: O Círculo das Matrizes Epistemológicas. **IV Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**. Brasil. Florianópolis/ SC, 2014.

PETERS, G. Admirável senso comum? Agência e estrutura na sociologia fenomenológica. **Ciências Sociais Unisinos**, n. 47, v. 1, p. 85-97, janeiro/abril, 2011.

REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In.: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. **Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais**. São Paulo: Editora Atlas, 2007, p. 61-97.

SEWELL, W. F. A theory of structure: duality, agency, and transformation. **The American Journal of Sociology**, v. 98, n. 1, p. 1-29, 1992.

SULKOWSKI, L. Two paradigms in management epistemology. **Journal of Intercultural Management**, v. 2, n. 1, p. 109-119, 2010.

TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Orgs.). Introduction: the need for meta-theoretical reflection in organization theory. In.: _____. **The Oxford handbook of organizational theory: meta-theoretical perspectives**. Oxford: Oxford University Press, 2011, 1-16.

VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma Interpretacionista: Em busca da superação do objetivismo funcionalista dos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O.. **Teoria das organizações**. São Paulo: Atlas. 2007. p. 223-234

WEICK, K. E. Seven properties of sensemaking. In.: _____. **Sensemaking in organizations**. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., 1995, p. 17-62

_____, K. E.; SUITCLIFFE, K. M.; OBSTFELD, D. 2005. Organizing and the process of sensemaking. **Organization Science**, v. 16, p. 409-421, 2005.